



Márcia Kallume



Márcia Kallume

O terceiro relatório setorial foi acolhido ontem pelos senadores e deputados integrantes da Comissão Mista de Orçamento. A relatora Lúcia Vânia (ao centro, na foto menor) não fez modificações substanciais na proposta

Comissão aprova R\$ 33,1 bi para os três Poderes

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem à noite o relatório setorial que trata de Poderes do Estado e Representação, envolvendo a Presidência da República, o Congresso, o Judiciário e o Ministério Público. Os gastos

para essas áreas são de R\$ 33,1 bilhões. A relatora Lúcia Vânia observou que a Presidência da República gastará neste ano R\$ 153 milhões com publicidade direta, um aumento de 70% em relação a 2005.

Página 7



Márcia Kallume

Ao lado do deputado ACM Neto (E), o empresário Cezar Sassoun depõe na CPI dos Correios

CPI busca nos EUA dados sobre as contas de Duda

Representantes da CPI dos Correios tentam obter em Nova York e Washington dados sobre contas atribuídas ao publicitário Duda Mendonça. Ontem, o empresário Cezar Sassoun afirmou na CPI que

são de responsabilidade exclusiva dos gestores das fundações os resultados negativos obtidos pelos fundos de pensão. A CPI dos Bingos deve votar hoje o relatório sobre o caso GTech/Caixa. Página 5

Moneira Moitz



Mercadante: falta ao governo paulista visão estratégica

Crítica por baixo crescimento de SP

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, responsabilizou o governo estadual pelo baixo crescimento econômico de São Paulo. Conforme o senador, pesquisas mostram que o estado vem crescendo em níveis abaixo da média nacional. Página 7

Falsificação de dinheiro

Problema que atinge 74% dos estabelecimentos comerciais, a falsificação de dinheiro será debatida hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos. Devem participar representantes da Polícia Federal e do Banco Central. Página 4

Audiência debate a TV digital

Com a presença do ministro das Comunicações, Hélio Costa, a Comissão de Educação debate amanhã a TV digital. Discute também a destinação dos recursos do Fust, o fundo para universalizar as telecomunicações. Página 8

Waldemir Rodrigues



Senado comemora passagem dos 50 anos da posse de JK na Presidência. Página 2, Agenda

Regras para MPs podem ser votadas amanhã

Proposta é definida pelo presidente do Senado como uma das prioridades na pauta da convocação extraordinária

A proposta de emenda constitucional que altera as regras de edição e tramitação de medidas provisórias (MPs) pode ser votada amanhã pelo Plenário. Definida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, como uma das prioridades da convocação extraordinária do Congresso, a proposta tem como primeiro signatário o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Antonio

Carlos Magalhães.

Conforme o projeto, as MPs só terão eficácia após a aprovação de sua admissibilidade pelas comissões da Câmara dos Deputados ou do Senado.

Em discurso no Plenário, o senador Amir Lando afirmou que as MPs colocam o Poder Legislativo "no corredor da morte". Ele disse que, se não reagir, o Congresso continuará tendo seu destino traçado pelo Executivo. Página 3

Senador diz que banco não tem cumprido o seu papel de alavancar o desenvolvimento do país com justiça social

Alvaro Dias quer BNDES investindo mais no Brasil

Os investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deveriam priorizar o Brasil, segundo Alvaro Dias (PSDB-PR). O parlamentar disse que a “generosidade do governo brasileiro” faz com que o BNDES invista mais em obras de infra-estrutura em outros países da América Latina do que no próprio Brasil.

Alvaro Dias informou que, por meio do banco, o governo Lula, até 2007, investirá US\$ 3 bilhões para financiar obras em países da América do Sul, enquanto faltariam investimentos públicos na infra-estrutura brasileira. O senador anunciou que vai apresentar requerimento solicitando



Segundo Alvaro Dias, investimento em nações vizinhas é maior que no país

auditoria nos empréstimos realizados pelo BNDES.

– O BNDES deveria gerar emprego, renda e receita pública. Deveria alavancar o desenvolvimento econômico de nosso país com justiça social – protestou o parlamentar.

Para Raupp, Brasil precisa acelerar produção de biodiesel

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que outros países já estão “passando à frente do Brasil” e utilizando biodiesel como importante fonte alternativa de energia a longo prazo, por seu caráter renovável.

O combustível vem sendo testado em várias partes do mundo como Argentina, Estados Unidos, Malásia, Alemanha, França e Itália. “A Europa também já produz o superbiodiesel, de elevado grau de pureza”, informou o senador, frisando que o Brasil “precisa



Raupp: outros países já estão passando à frente do Brasil no uso do combustível

entrar nesta rota”. Raupp salientou que Rondônia tem grande potencial para o desenvolvimento da produção de biodiesel.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário celebra 50 anos da posse de JK

A passagem dos 50 anos da posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República é o tema da homenagem da hora do expediente da sessão, que começa às 14h. Logo depois, os senadores analisam a medida

provisória (MP 268/05) que libera recursos para os ministérios da Saúde, da Educação e da Defesa. Se for votada, os parlamentares retomam a discussão da proposta que altera o rito de tramitação das MPs (PEC 72/05).



Três depoimentos na Sub-Relatoria de Combate à Corrupção

A Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção da CPI dos Correios ouve, às 10h, o diretor-executivo da organização não-governamental (ONG)

Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo. A instituição trabalha no combate à corrupção no país. Também serão ouvidos o procurador do Ministério Público

junto ao Tribunal de Contas do Paraná, Laerzio Chiesorin Júnior, e representantes da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampron).

Bingos deve analisar relatório sobre contrato da GTech

A CPI dos Bingos tem reunião marcada para as 10h. Está prevista a votação do relatório parcial das investigações sobre a renovação do contrato entre a Caixa Econô-

mica Federal e a multinacional de processamento de jogos GTech. O relatório aponta diversas irregularidades no processo de renovação, que teriam sido cometidas por 34

pessoas e três empresas. Se aprovado, o texto segue para o Ministério Público, que continua a investigação e pode pedir a instauração de processo contra os citados.

CAE debate falsificação de dinheiro

A falsificação de notas de reais é o tema da segunda parte da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que terá a presença do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; do procurador-geral da República, Antônio Fernando Souza; e do presidente da Casa da Moeda do Brasil, José dos Santos Barbosa. Antes disso, às 9h30, a CAE analisa três matérias, entre elas o projeto que prevê a repactuação das dívidas de crédito rural.



Sub-Relatoria de Fundos de Pensão ouve diretor da Geap

A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão da CPI dos Correios continua a investigação sobre má gestão e fraudes nos fundos das

estatais. Às 10h, ouve o diretor de Administração e Finanças da Geap – Fundação de Seguridade Social, Josemar Pereira dos Santos; e, às

14h30, representantes da corretora Euro, que teria intermediado investimentos de fundos sob suspeita da CPI.

Cooperativismo em exame na CRA

Às 9h, está prevista reunião do grupo de trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) que estuda proposta de regulamentação das cooperativas agrícolas. O cooperativismo é um dos temas previstos na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

TV digital em discussão amanhã

Amanhã, a partir das 10h, a Comissão de Educação analisa a implantação da TV digital no Brasil, e projetos para investimentos com o Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust). O ministro das Comunicações, Hélio Costa, é convidado da audiência pública.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatéo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - *Fax:* (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Alvaro Dias, Valdir Raupp, Paulo Paim, Papatéo Paes e Garibaldi Alves e pela senadora Serys Slhessarenko

Avança votação da PEC que prevê o fim da verticalização nas eleições

O fim da aplicação da regra da verticalização nas eleições de outubro deste ano foi o tema que dominou os debates políticos no Congresso na semana passada, uma vez que muda o quadro das alianças partidárias ao permitir, nos estados, coligações diferentes das celebradas para a eleição presidencial. Já aprovada no Senado, a proposta de emenda à Constituição foi acolhida na Câmara, em primeiro turno.

De acordo com o presidente do Senado, Renan Calheiros, a verticalização é uma proposta boa, mas que somente deveria ser implementada depois de uma reforma política ampla que reduzisse o número de partidos.

– Poderá ser uma regra disciplinadora das alianças partidárias, se tivermos cinco ou seis partidos.

Atualmente, são 30 os partidos políticos e a verticalização nesse contexto seria uma tentativa de verticalizar o caos – observou.

Decisões

Na semana passada, o Plenário votou contratações de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de duas indicações para cargos de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e quatro para ministros togados do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Foram aprovadas também medidas provisórias para abertura de créditos a ministérios, bem como o projeto que altera o seguro para facilitar a recuperação de créditos brasileiros no exterior.

De acordo com a proposta em exame, as medidas provisórias somente terão força de lei após a aprovação de sua admissibilidade pela Comissão de Justiça do Senado ou da Câmara



Na sessão de hoje, senadores prestam homenagem a Juscelino Kubitschek pelos 50 anos de sua posse na Presidência da República

Plenário poderá votar amanhã novas regras para edição de MPs

O Plenário do Senado pode votar amanhã proposta de emenda à Constituição (PEC) que muda as regras de edição e tramitação das medidas provisórias. A PEC é, segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, uma das prioridades da convocação extraordinária do Congresso.

Conforme o projeto, cujo primeiro signatário é o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), as MPs somente passarão a ter força de lei após a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara ou do Senado aprovar a sua admissibilidade. Atualmente, as MPs têm eficácia assim que editadas pelo Executivo.

Na sessão de hoje, a partir das 14h, a hora do expediente do Plenário será destinada a homenagear o ex-presidente Juscelino

Kubitschek pela passagem dos 50 anos de sua posse na Presidência da República.

Comissões

A semana também será de muito trabalho nas comissões do Congresso Nacional. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) pretende trabalhar em regime de esforço concentrado, para votar a proposta orçamentária de 2006 ainda no período da convocação extraordinária, que se encerra no dia 14 de fevereiro. Dos dez relatórios setoriais, somente três foram votados até agora e há ainda outros dois para serem lidos e debatidos pela comissão, que tem enfrentado fortes manobras de obstrução por parte da oposição.

A CPI dos Correios também tem agenda cheia. Ontem, o rela-

tor do colegiado, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), e dois dos relatores-adjuntos, deputados Maurício Rands (PT-PE) e Eduardo Paes (PSDB-RJ), viajaram aos Estados Unidos para investigar contas de brasileiros abertas no exterior, como as do publicitário Duda Mendonça.

Além dos 14 depoimentos agendados pelas sub-relatorias de Normas de Combate à Corrupção e de Fundos de Pensão, a Sub-Relatoria de Contratos marcou outros dois para quinta-feira. Serão ouvidos Waldemir Cardoso, ex-funcionário do ex-deputado Roberto Jefferson, e o representante da Politec Mauro de Souza.

Hoje, a CPI dos Bingos deve votar o relatório parcial sobre a multinacional GTech.



Mensagem com nomes dos três diplomatas está na pauta da reunião de quinta da CRE

Comissão examina indicações para embaixadas do Catar, Iraque e Ruanda

O ministro de primeira classe Paulo Dyrceu Pinheiro deverá tornar-se o primeiro embaixador brasileiro residente junto ao Emirado do Catar, segundo mensagem presidencial que será examinada na quinta-feira, a partir das 9h30, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Também estarão em pauta as indicações de embaixadores para Iraque e Ruanda.

Atual embaixador em São Tomé, Dyrceu Pinheiro deverá representar o Brasil junto a um país de pequenas dimensões territoriais – apenas 11,4 mil km² – mas de alta renda *per capita*, calculada em mais de US\$ 38 mil. Doha, a capital do país, deu o nome à atual rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), após reunião realizada na cidade em 2001.

A decisão de abrir uma embaixada brasileira no Catar foi anunciada pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, durante visita àquele país em

fevereiro do ano passado. Um mês depois, o governo do Catar informou que também abriria uma embaixada em Brasília. A indicação de Dyrceu Pinheiro tem como relator Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

A CRE analisará também a indicação do atual chefe da representação do Brasil em Ramallah, capital da Autoridade Palestina, Bernardo de Azevedo Brito, para o cargo de embaixador junto ao Iraque, que atualmente exerce suas funções em Amã, na Jordânia. Segundo a mensagem presidencial, que tem como relator Pedro Simon (PMDB-RS), considera-se provável a indicação ainda em 2006 de um embaixador do Iraque no Brasil.

O colegiado examinará ainda a indicação do atual embaixador no Quênia, Antônio José Rezende de Castro, para exercer cumulativamente o cargo de embaixador junto à República de Ruanda. O relator da indicação é o senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Amir Lando defende autonomia do Legislativo

Às vésperas da discussão em Plenário da Proposta de Emenda à Constituição 72/05, que altera o rito das medidas provisórias no Congresso, o senador Amir Lando (PMDB-RO) disse não concordar com a concepção desse instrumento, instituído pela Constituição de 1988. Ele pediu aos parlamentares maior reflexão sobre o tema.

– As medidas provisórias colocam o Poder Legislativo no corredor da morte. O Executivo age como se o Congresso Nacional fosse uma marionete, conduzida pelos seus fios invisíveis. Ou o Congresso reage a esse pêndulo impróprio, indevido e letal, ou vamos continuar tendo nosso destino e nossas ações traçados pelo Executivo – protestou.



"Medidas provisórias colocam o Legislativo no corredor da morte", afirma Amir Lando

Lando lembrou que, à época da Assembleia Constituinte, o mecanismo das MPs surgiu porque os parlamentares acreditavam que o parlamentarismo seria instituído no país. Assim, continuou, as MPs serviriam para harmonizar as relações entre Executivo e

Legislativo. No entanto, com a vitória do presidencialismo no plebiscito que definiu o sistema de governo para o país, observou, as MPs acabaram por desviar para o Executivo a atribuição de legislar, que teria de ser função exclusiva do Legislativo.

No entendimento do senador por Rondônia, os pressupostos de urgência e relevância para edição de MPs deveriam ser expressos com limitação sobre os temas dos quais ela poderia tratar.

– Só são urgentes e relevantes questões pertinentes à gestão administrativa, à financeira e à tributária, sempre com a necessidade de apreciação do Congresso – afirmou.

O discurso recebeu o apoio, em aparte, de Paulo Paim (PT-RS).

Pesquisa encomendada pelo Banco Central revela que cerca de 30% das pessoas entrevistadas receberam pelo menos uma nota falsa de real. No comércio, 74% já passaram pela situação

Comissão de Assuntos Econômicos debate falsificação de dinheiro

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza audiência pública, hoje, para debater o problema da falsificação de dinheiro no país. Pesquisa patrocinada pelo Banco Central (BC), divulgada neste mês pelo jornal *O Globo*, mostra que cerca de 30% das pessoas entrevistadas já receberam pelo menos uma nota falsa de real. Entre os estabelecimentos comerciais, a incidência é mais alta: 74% foram atingidos.

Prevista para as 10h, a reunião foi sugerida pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA), presidente do comissão. Segundo ele, a pesquisa revela quadro preocupante, com grande prejuízo para consumidores e comerciantes. O parlamentar avalia que o poder público precisa manifestar-se e tomar as medidas necessárias para evitar as fraudes.

Para tratar do tema, Luiz Otávio propôs que fossem convidados representantes do BC, entre eles o presidente da instituição, Henrique Meirelles; da Polícia



Audiência proposta por Luiz Otávio reúne representantes de diversos órgãos

Federal; e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Também deverão ser ouvidos membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Instituto de Defesa do Consumidor (Procon/DF).

Propostas

Antes da audiência, a comissão vai deliberar sobre três proposições, entre as quais a mensagem do Executivo referente a contratação de empréstimo de até US\$ 4,8 milhões junto ao Banco Mundial (Bird) em favor do estado do Amapá, para financiamento

parcial de projetos comunitários destinados a reduzir a pobreza rural e urbana.

Será ainda examinado projeto (PLC 51/04) que permite aos contribuintes deduzir parte do Imposto de Renda em favor dos fundos nacionais, estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente, além do PLC 142/05, que autoriza a repactuação de dívidas referentes a operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Mão Santa critica reajuste de tarifas dos bancos



Aumento de taxas nas instituições não tem paralelo na história, diz Mão Santa

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou ontem que a voracidade com que os bancos reajustam suas tarifas no governo Lula não encontra paralelo na história brasileira. Ele divulgou levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa em Administração e destacou que a pesquisa revela que nos últimos cinco anos a receita obtida com as taxas de prestação de serviços bancários aumentou em

130%. Somente nos 12 maiores bancos a receita com a cobrança saltou de R\$ 16 bilhões em 2002 para R\$ 37,4 bilhões em 2005, informou Mão Santa.

O senador disse que essa situação “não merece o interesse do Banco Central porque Lula colocou uma raposa para tomar conta do galinheiro”, referindo-se ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que já foi presidente de bancos privados.

Virgílio elogia ações da Zona Franca de Manaus

Em pronunciamento ontem, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) tem se conduzido com “implacável vigilância” no combate às fraudes. Fazendo alusão a denúncias publicadas pela imprensa de irregularidades cometidas por empresas que usufruem dos benefícios fiscais da Zona Franca, o parlamentar observou que foram os mecanismos de

controle da própria Suframa que levantaram as possíveis fraudes.

A superintendência, segundo Virgílio, percebeu indícios de irregularidades em notas fiscais com seqüencial baixo e contínuo ou em seqüência com valores muito altos para um só produto; empresas de pequeno porte com elevada movimentação de mercadorias adquiridas; e empresas não encontradas nos endereços constantes nas notas fiscais. Esses

indícios, disse o senador, levaram a superintendente da Zona Franca, Flávia Grosso, a adotar procedimentos administrativos imediatos para a suspensão preventiva do cadastro de tais empresas.

Arthur Virgílio também defendeu o modelo da Zona Franca, afirmando que “o Pólo Industrial de Manaus está consolidado e é responsável por ótimos resultados no confronto com dados da economia brasileira em geral”.

ACM lembra que Lula prometeu dobrar o mínimo

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) protestou contra o anúncio do presidente Lula de reajustar o salário mínimo para R\$ 350 a partir do próximo dia 1º de abril. Segundo o senador, esse valor é indigno para o trabalhador brasileiro e retrata crueldade do governo federal em relação aos menos favorecidos.

O parlamentar lembrou a promessa feita por Lula durante campanha eleitoral de que, até o fim de seu mandato, iria dobrar o valor do salário mínimo.

Antonio Carlos também criticou o valor da verba de R\$ 153 milhões prevista pelo governo federal no projeto de lei orçamen-



Antonio Carlos: valor retrata crueldade do governo federal com menos favorecidos

tária de 2006 para publicidade institucional.

No mesmo pronunciamento, Antonio Carlos pediu ainda a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 72/05, que altera o trâmite por que passam as medidas provisórias no Congresso Nacional. A PEC, de autoria do senador, está na pauta do Plenário e é considerada um dos principais pontos desta convocação extraordinária.

Paim confirma debate com centrais sindicais

Relator da Comissão Especial Mista do Salário Mínimo, o senador Paulo Paim (PT-RS) confirmou a participação de representantes de centrais sindicais e confederações de trabalhadores na audiência pública que será realizada na quinta-feira, às 10h. O objetivo é debater a criação de uma política permanente de reajuste do salário mínimo e de revisão dos benefícios de aposentados e pensionistas da Previdência.

O senador também disse ter apelado ao ministro do Trabalho, Luiz Marinho, para que a proposta de reajuste do mínimo para R\$ 350 a partir de abril chegue ao Congresso via projeto



Segundo Paim, será discutida uma política permanente de reajuste do salário mínimo

de lei, e não por meio de medida provisória.

Paim defendeu ainda a necessidade de o crescimento econômico ser acompanhado por uma política de desenvolvimento sustentado que promova a redução das desigualdades sociais no país.

Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) afirmou que a política de aumento do mínimo deve ser construída prioritariamente no Legislativo.

Efraim defende renegociação de dívidas agrícolas

O senador Efraim Morais (PFL-PB) cobrou do governo federal, ontem, a aprovação do projeto de lei de autoria de César Borges (PFL-BA) que possibilitará a renegociação das dívidas de pequenos agricultores do Nordeste e de outras regiões do país.

—O governo nem sequer procura discutir as dívidas dos agricultores. Será que sem chuva e sem água vai se produzir alguma safra de que possam tirar proveito? Será que eles vão ter como pagar suas dívidas? — questionou.

Efraim defendeu ainda maior agilidade na execução das obras de transposição do rio São Fran-



Efraim também cobra mais agilidade na execução das obras do rio São Francisco

cisco. A transposição, disse, deverá beneficiar mais de 12 milhões de nordestinos nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco.

Em aparte, José Agripino (PFL-RN) criticou também o governo por não apoiar os agricultores de Mato Grosso, “o mais promissor estado agrícola do país”. Ramez Tebet (PMDB-MS) parabenizou Efraim pelo discurso em defesa dos agricultores brasileiros.

Corrida contra o tempo para cumprir programação

A menos de dois meses do encerramento de suas atividades, a CPI dos Correios vive suas últimas semanas com agenda intensa. Embora o prazo para o encerramento dos trabalhos termine em meados de abril, o relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), já informou que entregará sua prestação de contas até 20 de março.

Hoje, a Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, coordenada pelo deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), inicia seus trabalhos às 10h, com a palestra do diretor da ONG Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo. Às 14h30, fará sua apresentação o procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Paraná, Laerzio Chiesorin Júnior, além de um representante da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampron).

Fundos de pensão

Também hoje, às 10h, a Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, sob o comando do deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), colhe o depoimento do diretor de Administração e Finanças da Geap – Fundação de Seguridade Social, Josemar Pereira dos Santos, e, a partir das 14h30, de Sérgio de Moura Soeiro, Jorge Luiz Gomes Crispim e João Luiz Ferreira Carneiro, representantes da corretora Euro.

Amanhã, a CPI realiza reunião administrativa a partir das 10h. Em seguida, a Sub-Relatoria de Fundos de Pensão ouve ex-diretores da corretora Bônus-Banval, Breno Fischberg e José Pompeu de Campos Neto.

A CPI se reúne na quinta-feira para ouvir o operador de mercado financeiro José Carlos Batista, sócio da empresa Guaranhuns.

A Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção também se reunirá na quinta-feira para ouvir, às 10h, o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, David Falcão, e, às 14h, o gerente-geral da Unidade Gestão da Segurança do Banco do Brasil, Edson de Araújo Lobo.

Ainda na quinta, a Sub-Relatoria de Contratos, coordenada pelo deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), realiza, a partir das 11h, as oitivas com Waldemir Freire Cardoso, ex-funcionário de gabinete do ex-deputado Roberto Jefferson, e Mauro Castro Lucas de Souza, representante da empresa Politec, que prestou serviços para os Correios.

Comissão tenta obter a partir de hoje, em Nova York e Washington, dados relativos a contas atribuídas ao publicitário Duda Mendonça

Representantes de CPI têm agenda cheia nos EUA

Com chegada marcada para a manhã de hoje a Nova York, a representação da CPI dos Correios tem agenda cheia até quinta-feira. Os deputados federais Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da comissão, Maurício Rands (PT-PE) e Eduardo Paes (PSDB-RJ), relatores adjuntos da CPI, foram aos Estados Unidos tentar obter, junto às autoridades daquele país, dados relativos a contas atribuídas ao publicitário

Duda Mendonça.

Hoje, a representação se reunirá com autoridades na Promotoria Distrital de Nova York. Amanhã, vai a Washington e tem reunião no escritório de advocacia Arnold & Porter, onde os deputados devem analisar a possibilidade de entrar na Justiça americana para conseguir a quebra de sigilo de contas do publicitário. No mesmo dia a representação tem encontro no Financial Crimes

Enforcement Network (FinCen), órgão de inteligência contra crimes financeiros.

Na quinta-feira, os deputados têm audiência no Departamento de Justiça e voltam ao Brasil no início da noite.

Duda Mendonça informou ter aberto conta no paraíso fiscal das Bahamas, onde recebeu R\$ 10,5 milhões do PT. A CPI investiga a existência de outra conta do publicitário.

Dono de corretora culpa gestores de fundos por perdas

O empresário Cezar Sassoun, sócio-proprietário da Laeta (uma das corretoras apontadas como beneficiadas em operações que teriam causado prejuízos a fundos de previdência), afirmou ontem, em depoimento à Sub-Relatoria de Fundos de Pensão da CPI dos Correios, que os resultados negativos observados no período investigado são de responsabilidade exclusiva dos gestores das fundações.

– A Laeta é só uma corretora. Não participa da tomada de decisões. A responsabilidade é dos gestores, que nos deram as ordens para realizar as operações. Não se pode concluir que nós ganhamos o que os fundos perderam – alegou ele.

Segundo o sub-relator, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), chamam a atenção em relação à corretora Laeta especialmente os números da Prece, fundo de previdência da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), e da Sistel, das empresas de telecomunicações. Observa-se que a corretora promoveu ajustes negativos em pelo menos 80% das operações com esses dois fundos, entre 2002 e 2005.

Sassoun negou que o doleiro Lúcio Bolonha Funaro, proprietário da corretora Erste Banking (também investigada pela CPI), seja seu “sócio virtual”, como apontam denúncias. Segundo ele, Funaro foi um de seus “grandes clientes” entre 2002 e 2005.



Comissão decide sobre relatório parcial e colhe três depoimentos nesta semana

CPI dos Bingos deve votar hoje relatório sobre GTech/Caixa

A CPI dos Bingos deve votar hoje o relatório parcial sobre o caso GTech/Caixa, de autoria do relator Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Amanhã, o colegiado toma os depoimentos de Roberto Carlos da Silva Kurzeil, Messias Antônio Ribeiro Neto e Carlos Roberto Martins.

Kurzeil foi citado em reportagem da revista *Veja* como participante do suposto transporte de dólares doados pelo governo cubano para campanhas eleitorais do PT. Ele também aparece em matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* como tendo sido beneficiado com linhas de crédito do BNDES em seus negócios em Angola. Messias Neto é ex-sócio do empresário Carlos Augusto Ramos (o Carlinhos Cachoeira) na empresa Gerplan, que venceu a licitação estadual para controle das loterias em Goiás. Carlos Martins é dono de casa de bingo em Goiânia.

O relatório recebeu até agora 12 emendas. Uma delas, do

senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), solicita o indiciamento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em crime de responsabilidade.

Outra emenda solicita ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que investigue a atuação da juíza da 17ª Vara da Justiça Federal de Brasília Maisa Giudice nas ações impetradas contra a Caixa. A emenda é dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Tião Viana (PT-AC).

Sigilo

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, concedeu liminar em mandado de segurança e vedou a suspensão de quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Paulo Okamoto, presidente do Sebrae. Partiu da CPI dos Bingos a solicitação da quebra de sigilo, em virtude de um presumível empréstimo financeiro que Okamoto teria feito ao presidente Lula.



Tebet reafirma opinião de que governo Lula pouco fez para Mato Grosso do Sul

Tebet não acredita que Zeca do PT o tenha atacado

Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou ontem não acreditar que o governador do seu estado, Zeca do PT, tenha feito referências desabonadoras ao senador em entrevista à imprensa sul-matogrossense. Tebet disse estranhar que o governador o tivesse chamado de mentiroso, conforme foi publicado, lembrando que mantém com ele “relações de mais absoluta cordialidade”.

Zeca do PT teria reagido a entrevista que Tebet concedeu a uma emissora de rádio de Campo Grande. O senador relatou que aguardava para ser ouvido pelo radialista enquanto um dos auxiliares do governador era entrevistado.

– Ele falou tanto da ajuda que o governo federal estaria dando para Mato Grosso do Sul que me assustei – lembrou Tebet, acrescentando que, logo no início de sua entrevista, disse que o estado, apesar de ter um governador fiel ao presidente da República, estava sendo injustiçado pelo governo federal.

Marca

Tebet reafirmou a opinião de que o governo Lula pouco fez para o estado. O senador pediu ao presidente que deixe uma marca da sua administração em Mato Grosso do Sul. Sugeriu a implantação do Projeto Pantanal, que beneficiaria também Mato Grosso, cada estado com R\$ 200 milhões, em obras que conciliam o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente. Ele também cobrou apoio aos agricultores, que estão sofrendo com a estiagem, a queda do dólar, o peso dos insumos e as conseqüências da febre aftosa.

Outro exemplo de iniciativa em favor de Mato Grosso do Sul seria cumprir a promessa de implantar o Trem do Pantanal. Segundo Tebet, os jornais anunciaram recentemente que a obra não sairá do papel. Ele informou que os vagões foram comprados, mas não podem circular devido ao sucateamento da linha férrea.



Ideli elogia também o crescimento real da renda dos que têm carteira assinada

Ideli comemora queda da taxa de desemprego, a menor desde 2002

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) registrou ontem em discurso a queda da taxa de desemprego, que está em 8,3% – a menor desde março de 2002, conforme salientou. Ideli destacou que o número de trabalhadores desempregados nas seis regiões metropolitanas caiu para menos

de 2 milhões.

Além da queda no índice de desemprego, disse a senadora, houve crescimento real da renda dos empregados com carteira assinada, dos trabalhadores na economia informal e dos que trabalham por conta própria.

Em seu discurso, Ideli defen-

deu ainda o salário mínimo de R\$ 350 afirmando ser este o de maior poder de compra desde 1985. O novo salário mínimo, explicou, compra duas e meia cestas básicas na maior parte das capitais brasileiras.

Ideli relatou que, em encontro no último fim de semana, em

Santa Catarina, uma doméstica lhe disse que hoje compra farinha para fazer o pão caseiro por metade do preço que pagava no fim do governo de Fernando Henrique Cardoso. A doméstica teria dito que compra mais porque os produtos que consome estão mais baratos.

José Jorge vê uso eleitoral da auto-suficiência

O líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE), acusou ontem o presidente Lula de preparar o uso político-eleitoral da conquista da auto-suficiência brasileira em petróleo. O senador comentou notícias que dão conta de que o presidente deve anunciar em março a obtenção da auto-suficiência.

– O presidente da República está aguardando o momento político e eleitoralmente mais favorável para anunciar o que todo o Brasil já sabe. A Petrobras está reservando 50 milhões [de reais] para a divulgação – afirmou o senador.

José Jorge criticou o fato de a campanha publicitária estar a cargo de Duda Mendonça, investigado pela CPI dos Correios.

– Trata-se de mais uma operação de *marketing* com o objetivo de iludir o povo brasileiro. Na verdade, o plano empresarial da Petrobras indicava que o Brasil seria auto-suficiente em 2005 – disse.

O senador assinalou que a auto-suficiência não se deve às realizações de apenas um governo. A conquista só foi possível, disse ele, graças à abertura no mercado de petróleo levada a cabo pelo governo Fernando Henrique e ao desenvolvimento técnico alcançado pela Petrobras. De acordo com José Jorge, os dois fatores geraram um aumento de produção de 140% em uma década.

Em apartes, os senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) reforçaram as críticas de José Jorge.



Para José Jorge, conquista não se deve às realizações de apenas um governo

Senador avalia que ao contrário do que aconteceu há três anos, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, o Brasil foi pouco lembrado, devido ao fracasso da política do governo

Política econômica prejudica exportações, afirma Agripino

O senador José Agripino (PFL-RN) comparou que, diferente do que ocorreu há três anos, quando o presidente Lula foi recebido com grande expectativa no Fórum Econômico Mundial, em Davos, este ano o Brasil foi pouco lembrado. Ele atribuiu o fato ao fracasso da política econômica colocada em prática pelo governo brasileiro que, na sua avaliação, só tem um único objetivo: conter o crescimento da inflação.

Citando matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulada “Retorno com exportações cai 12%”, Agripino opinou que a queda na rentabilidade das exportações brasileiras em 12%, no ano passado, pode ser atribuída à política econômica do governo. Os juros altos provocam a entrada de dólares no país e, conseqüentemente, a sobrevalorização da moeda brasileira, explicou.



Agripino diz que o próximo governo deverá diminuir os gastos públicos

– Os grandes exportadores ainda conseguem sobreviver, mas os pequenos estão paralisando suas atividades, pedindo concordata branca, desempregando. Tudo por conta desse modelo que não deu certo. É bom destacar que as exportações só estão acontecendo no nível atual pelo preço das *commodities* e também em virtude da capacidade do país em

exportar ser grande e não haver mercado interno para absorver essa produção. O resultado é que se exporta maciçamente, seja a que preço for – afirmou.

Na avaliação dele, a retomada do crescimento econômico será o principal tema da próxima campanha eleitoral, ao lado da questão ética. Ele defendeu a necessidade de o próximo governo ter credibilidade para diminuir os gastos públicos por meio da eliminação dos supérfluos e do combate à corrupção. Dessa forma, completou, os juros poderão cair e o país voltar a crescer.

Em aparte, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) registrou que a falta de capacidade de compra da população obriga os produtores a exportar suas mercadorias, mesmo com uma relação cambial desfavorável, para evitar o prejuízo total.

Sibá defende direito de Lula de viajar e inaugurar obras



Sibá Machado

O senador Sibá Machado (PT-AC) defendeu ontem o direito de o presidente Lula continuar viajando e participando de inaugurações durante o ano eleitoral. Ele argumentou que o presidente está apenas colhendo os frutos de três anos de trabalho e observou que os outros candidatos à Presidência também devem poder realizar inaugurações, citando os governadores de Minas Gerais, Aécio Neves; de São Paulo, Geraldo Alckmin; e do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, além do prefeito José Serra.

Sibá Machado disse ainda que o programa Bolsa-Família e o salário mínimo são instrumentos importantes para distribuir renda e reduzir a distância entre ricos e pobres. Ele também afirmou que as críticas da oposição com relação ao crescimento da economia são infundadas. O senador frisou que a China, país com o qual o Brasil muitas vezes é comparado, apesar de ter crescimento econômico e equilíbrio fiscal, não tem democracia plena.

Garibaldi alerta para relação entre educação e economia



Garibaldi

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apelou ontem por mais investimentos em educação, argumentando que assim a produtividade da economia poderá aumentar, o que resultaria em melhoria do nível de vida da população. Citando entrevista do pesquisador Norman Gall à revista *Veja*, ele comparou o Brasil ao Chile e à Índia, dois países que investiram muito na educação.

Garibaldi informou que a média de anos de estudo no Brasil é de 6,4 anos, enquanto no Chile é de 9 anos. Quando é analisada apenas a faixa mais pobre da população brasileira, a média é ainda menor, de acordo com o senador: apenas 3,4 anos. A comparação entre os índices de analfabetismo também é desfavorável ao Brasil: 11% aqui, contra 3,5% no Chile.

A Índia, por sua vez, conta com 31 milhões de doutores. O Brasil, em comparação, teria apenas 41 mil pessoas com títulos de doutorado.



Virgílio destaca trechos de artigo de jornal sobre campanha eleitoral

Para Virgílio, oposição foi educada com Palocci

Ao comentar o depoimento do ministro Antonio Palocci à CPI dos Bingos, o presidente Lula fez críticas à oposição, que foram rebatidas ontem pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM). Segundo matéria do jornal *O Globo*, citada pelo tucano, Lula afirmou que a sinceridade e a inteligência demonstradas por Palocci desmontaram “o espetáculo armado pelos oposicionistas na CPI”.

– Lula é uma figura desleal e leviana. Palocci foi recebido com perguntas duras, mas com educação política pelos membros da oposição – reagiu.

Em seguida, Virgílio destacou trechos de artigo da jornalista Miriam Leitão, publicado por *O Globo*, em que Lula é acusado de já estar em campanha pela reeleição. Embora o presidente não assuma ser candidato, a jornalista lembra que a Justiça Eleitoral já lhe aplicou multa de R\$ 30 mil com base nessa argumentação.

– O artigo exhibe um presidente que infringe a lei deslavadamente por acreditar que esse é o caminho para a reeleição. Passa um mau exemplo, como se a lei no país não fosse para ser respeitada – disse.

Ainda de acordo com o artigo, o ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio de Mello teria prometido ser rigoroso com eventuais transgressões à legislação eleitoral caso assumira a presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Virgílio acrescentou que o ministro está de olho no cenário político e teria admitido considerar a vida pregressa do candidato em caso de denúncia.



Mercadante culpa governo de São Paulo por baixo índice de crescimento do estado

Mercadante: falta visão estratégica para SP crescer

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), culpou o governo estadual pelo baixo crescimento econômico do estado de São Paulo. Segundo Mercadante, o estado, que ocupa 3% do território nacional, detém um terço do produto interno bruto (PIB) e 43% da produção industrial vêm crescendo em níveis abaixo da média nacional, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Para Mercadante, essa situação não se justifica, uma vez que o estado é detentor de indústrias de bens de capital e intermediárias, que impulsionam o crescimento industrial em todo o país, além de um forte setor de serviços, grandes complexos hospitalares e educacionais, 20 institutos de tecnologia e 35 universidades.

– São Paulo poderia estar atraindo investimentos do novo ciclo da economia, de tecnologia de informação complexa. Esses investimentos não se materializam por falta de visão estratégica do governo de São Paulo – protestou.

O senador criticou a falta de instrumentos regionais de desenvolvimento nas microrregiões administrativas e de instrumentos para diminuir a concentração industrial na Grande São Paulo. Disse ainda que os projetos do alcoolado, do rododanel e do ferrodanel impulsionariam o crescimento, mas estão atrasados.

Voto de pesar por esposa de ex-senador

O Senado encaminhará voto de pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, em Fortaleza, de Maria Proença de Macedo, esposa do ex-senador pelo Ceará José Dias de Macedo. O requerimento foi apresentado pelos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Oposição questiona aumento nos gastos previstos com publicidade da Presidência da República para 2006, por este ser um ano eleitoral, mas relatório setorial é aprovado

Comissão de Orçamento aprova R\$ 33,1 bi para os três Poderes

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o relatório setorial que trata de Poderes do Estado e Representação, que envolve a Presidência da República, o Ministério das Relações Exteriores, o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público. A relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), não fez modificações substanciais, mantendo os gastos de R\$ 33,1 bilhões para essas áreas, sendo 75% destinados a pagamento de pessoal.

A oposição criticou a previsão de que a Presidência da República gastará neste ano R\$ 153

milhões com publicidade direta (fora empresas estatais). Lúcia Vânia observou que o aumento desse gasto para 2006, "que é ano eleitoral", em relação à média dos três primeiros anos do governo Lula (que seria de R\$ 90 milhões ao ano), chega a 70%. Parlamentares governistas compararam esses gastos aos previstos para administrações da oposição.

– Só uma prefeitura do PSDB vai gastar neste ano R\$ 36 milhões com publicidade – afirmou o deputado Eduardo Valverde (PT-RO), referindo-se à prefei-

tura de São Paulo, administrada por José Serra.

Esse foi o terceiro relatório setorial aprovado dos dez apresentados. Os outros foram Agricultura e Educação. O presidente da Comissão de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), quer terminar essa fase da tramitação orçamentária até o início da próxima semana. A ideia dos governistas é concluir a votação do Orçamento de 2006 até o final da convocação extraordinária, no próximo dia 14. A oposição acha difícil cumprir o prazo.



Governistas dizem que gastos previstos para publicidade da Presidência são baixos se comparados aos de prefeituras da oposição

Mesquita Júnior pede recursos contra malária



Mesquita Júnior

Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) fez um apelo ao presidente Lula e ao ministro da Saúde, José Saraiva Felipe, a fim de que o governo federal libere recursos para o combate de epidemia de malária em Mâncio Lima (AC). Segundo relatou, "o

caso é extremamente grave e está praticamente fora de controle".

– As pessoas da região estão pedindo ao presidente apoio ao governo estadual e às prefeituras para que possamos fazer recuar a doença – disse.

Em aparte, Augusto Botelho (PDT-RR) também cobrou colaboração federal para o combate à doença em seu estado, onde, segundo ele, foram detectados cerca de 30 mil casos em 2005. O senador criticou o governo por disponibilizar verbas para a malária apenas nos momentos em que ocorrem epidemias e defendeu a manutenção permanente de microscopistas junto às populações frequentemente afetadas.

– O problema é que faltam recursos para que o diagnóstico seja feito com rapidez – alertou Augusto Botelho.

Alberto Silva quer R\$ 1 bi para o combate à dengue



Alberto Silva

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) recomendou ao governo que invista R\$ 1 bilhão para retomar os "exércitos de mata-mosquitos" do começo do século passado, com o objetivo de combater o mosquito da dengue. Ao frisar que é exatamente

dessa quantia que o país precisa para eliminar a doença, o senador reclamou do fato de o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, ter tirado o dinheiro da saúde para pagar o Fundo Monetário Internacional (FMI). Uma das conseqüências disso seria o aumento da incidência da dengue no Rio e em outros estados.

Outra sugestão de Alberto Silva é a utilização de avião para fazer pulverizações em locais não residenciais. O senador revelou que já conversou com uma grande empresa, que informou ser possível usar a tecnologia para esse fim, mas seria necessário pedir autorização ao ministro da Saúde.

– É inaceitável conviver com o descaso em relação à dengue, porque a doença mata – afirmou.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) reforçou as palavras de Alberto Silva.



Flexa Ribeiro condena discurso em que o presidente buscou "apequenar o passado"

Flexa Ribeiro alerta para "retórica populista de Lula"

Ao comentar matéria publicada em 26 de janeiro pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, sobre discurso do presidente Lula quando da assinatura do projeto da Ferrovia Litorânea Sul, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou que, usando palavras do próprio jornal, o pronunciamento deixou clara "a retórica lulista destinada a apequenar o passado e engrandecer o presente".

O texto, frisou Flexa Ribeiro, mostra que, quando Lula disse que a malha ferroviária nacional cresceu em três anos 70% a mais do que nos 18 anos anteriores, esqueceu-se de informar que a condição necessária para isso foi a desestatização do setor, empreendida no governo Fernando Henrique Cardoso.

Suassuna cobra verba para o Hospital Napoleão Laureano

Ney Suassuna (PMDB-PB) solicitou verbas para o Hospital Napoleão Laureano, de João Pessoa, especializado em oncologia. Segundo alertou, por falta de recursos do governo federal, essa unidade não dispõe de equipamentos para atender pacientes que necessitam de quimioterapia.

O senador disse que a prefeitura de João Pessoa repassa cerca de R\$ 350 mil por mês ao hospital, cuja demanda de pacientes cresce 15% em 2005. No entanto, o Napoleão Laureano, também mantido pelo governo federal, recebe recursos insuficientes para atender ao aumento de demanda.



Especializada em oncologia, unidade não consegue atender à demanda, diz Suassuna



Augusto alerta para o esvaziamento econômico em áreas de conservação

Augusto quer criação de reserva ambiental a cargo do Congresso

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) defendeu ontem, em Plenário, proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua iniciativa determinando que a criação de unidades de conservação da natureza seja feita mediante lei aprovada no Congresso.

Ele lembrou que a legislação permite que o Executivo crie reservas ambientais sem a par-

ticipação do Legislativo, por não especificar a natureza do ato instituidor da unidade de conservação, o que ele pretende modificar com a proposição.

Convicto da necessidade de se atribuir ao Congresso competência para decidir sobre o assunto, como determina sua proposta, Augusto Botelho argumentou que, de um modo geral, as uni-

dades de conservação da natureza são estabelecidas em áreas muito extensas, que ocupam não só terras da União, mas, também, propriedade particular ou de domínio de outro ente federativo.

O fato, advertiu o senador, gera esvaziamento econômico e social da área, daí entender ser necessário submeter o tema à discussão dos parlamentares.

– O sucesso de uma unidade de conservação ambiental está intimamente associado ao seu grau de integração à dinâmica econômica e social da região. Para cumprir com seus objetivos, as áreas protegidas devem ser concebidas dentro de um amplo processo de planejamento que vise ao desenvolvimento local – sustentou Augusto.

Quintanilha relata casos de perda de visão no rio Araguaia

As populações que moram nas margens do Araguaia, que banha o estado do Tocantins, estão vivendo “um verdadeiro pânico” desde que começaram a surgir casos de perda de visão de crianças que tomaram banho no rio, informou, em discurso da tribuna, o senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO). Depois de meses de investigação, segundo o parlamentar, foi descartada a possibilidade de transmissão da doença por caramujo, que teria proliferado exageradamente por causa de algum desequilíbrio ecológico.

Quintanilha agradeceu o apoio dado pelas universidades federais de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, além do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e da Fundação Oswaldo Cruz, no sentido de detectar a origem da doença. Enquanto não se descobre a causa, autoridades de várias cidades às margens do Tocantins têm solicitado às pessoas que evitem as águas do Araguaia, apesar da importância turística e pesqueira do rio, informou.

Conforme o senador, Araguaia é a cidade com maior número de casos de cegueira parcial, onde as pessoas já enfrentam doenças como malária, dengue, leishmaniose, tracoma e febre amarela. Quintanilha disse que é muito difícil as famílias mais pobres se afastarem totalmente do rio, pois ele é fonte de renda, de diversão e, às vezes, a única água disponível para uso doméstico.



Risco de cegueira parcial causa pânico entre os ribeirinhos, diz Quintanilha

Ministro também discutirá amanhã na Comissão de Educação o destino dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

Costa debaterá em audiência a adoção da TV digital no país

Com a presença do ministro das Comunicações, Hélio Costa, a Comissão de Educação (CE) do Senado promove amanhã, a partir das 10h, audiência pública para debater a implantação da TV digital no Brasil e a destinação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

O debate, que será realizado em reunião conjunta com as subcomissões de Cinema, Teatro e Comunicação Social, e de Ciência e Tecnologia, foi proposto pelos senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Flávio Arns (PT-PR), presidentes da comissão e das subcomissões, respectivamente.

Já no próximo mês o governo deverá anunciar o padrão de TV digital a ser adotado pelo Brasil – sistema europeu, norte-americano ou japonês. Em junho, os

jogos da Copa do Mundo deverão fazer parte das primeiras transmissões com a nova tecnologia, que permitirá interatividade com o telespectador e obtenção de informações adicionais sobre a programação.

Essa será a terceira audiência da CE sobre a adoção da TV digital e a segunda que contará com a participação do ministro Hélio Costa, que, em setembro do ano passado, esteve na comissão para discutir o tema. A primeira audiência, em junho de 2005, contou com a presença do então secretário-executivo do Ministério das Comunicações Paulo Lustosa.

Comunidades pobres

O Fust também foi debatido em audiência da comissão em setembro de 2005. A arrecadação do fundo teve início em 2001 e até dezembro de 2004, segundo a Anatel, os recursos somavam R\$

3,3 bilhões, mas não foram utilizados até o momento em razão de contestações judiciais.

Criado no ano 2000 e administrado diretamente pelo ministério, o Fust visa, entre outras finalidades, proporcionar o atendimento a localidades com menos de cem habitantes, áreas remotas e de fronteira; complementação dos serviços telefônicos em comunidades de baixo poder aquisitivo; e implantação de acessos individuais para a prestação do serviço de telefonia e Internet em escolas, bibliotecas e instituições de saúde.

O fundo prevê ainda recursos para equipamentos de interface a instituições de assistência a deficientes e para a implantação de serviços de telecomunicações em órgãos públicos civis ou militares situados em pontos do território nacional mais afastados.

Papaléo defende pleito da Universidade do Amapá

Papaléo Paes (PSDB-AP) pediu ontem, em discurso no Plenário, a destinação de mais recursos para as universidades públicas e abertura de novas vagas para alunos. O senador destacou as necessidades da Universidade Federal do Amapá (Unifap), que pleiteia a ampliação do *campus* e o aumento do número de cursos oferecidos pela instituição.

– Não é mais possível manter congeladas as verbas para custeio das universidades federais. É necessário, sim, exigir delas uma gestão eficiente dos recursos e uma produtividade coerente com o seu papel na sociedade – sustentou o parlamentar.

A importância da Unifap para o estado do Amapá foi ressaltada



Papaléo reclama mais recursos para entidades federais de ensino superior

pelo senador, que lamentou a ausência de um curso de Medicina na instituição. Ele também defendeu a criação de *campi* nos municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jari e Amapá. Tais providências, disse, poderiam contribuir para o desenvolvimento do estado.

Papaléo Paes observou que as universidades públicas brasileiras são centros de excelência em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, além de promoverem a discussão da realidade brasileira. O senador preveniu que permitir o “sucateamento” dessas instituições pode prejudicar o desenvolvimento do país.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que a população de baixa renda enfrenta cada vez mais dificuldades para conseguir acesso ao ensino superior. Já Ramez Tebet (PMDB-MS) lamentou o fato de os professores universitários não serem valorizados devidamente e, ainda, das condições ruins de trabalho e baixos salários.



Renan destaca variedade de cursos que são oferecidos pela instituição

Renan homenageia Ufal pelos 45 anos de funcionamento

O presidente do Senado, Renan Calheiros, registrou o 45º aniversário da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), lembrando o que foi realizado nesses anos nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão. O senador destacou o trabalho em equipe e a convergência de esforços de toda a sociedade alagoana em prol da criação, da manutenção e do crescimento da instituição.

– A direção da universidade, seu corpo docente, o pessoal técnico-administrativo, os 12 mil alunos, as lideranças políticas do estado – aqui incluídas a bancada no Senado e na Câmara –, a mídia, o povo alagoano em geral, todos, enfim, têm trabalhado com a determinação e a pureza d’alma dos bem-intencionados, visando a um único objetivo: a consolidação da Ufal como instrumento de formação de seres mais completos e de conquista de avanços científicos e tecnológicos.

Renan homenageou o fundador e primeiro reitor da universidade, Aristóteles Calazans Simões, que a dirigiu por dez anos. “Hoje, sabemos todos, a Ufal é uma entidade vitoriosa”, afirmou.

O senador informou que a universidade oferece 35 cursos de graduação nas áreas de ciências exatas e tecnológicas, humanas e da saúde; 18 cursos de mestrado, três de doutorado e 28 de especialização; além de programas de monitoria do estágio e de bolsas de estudo e de trabalho destinadas aos estudantes carentes.